



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001887-48.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **COMÉRCIO DE MADEIRAS SANTA CATARINA LTDA EPP**
 Requerido: **Banco do Brasil SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

COMÉRCIO DE MADEIRAS SANTA CATARINA LTDA EPP, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Banco do Brasil SA, também qualificado, alegando tenha firmado com o réu contrato de abertura de crédito BB GIRO EMPRESA FLEX representado pelo n. 029.506.216 na agência n. 0295-x, o qual não contém cláusulas expressas sobre a capitalização mensal dos juros remuneratórios, motivo pelo qual entende deva esse critério ser substituído pelo linear, admitindo-se a capitalização anual em conformidade com a Lei de Usura (o art. 4º do Decreto n. 22.626/33 não foi revogado pela Lei n. 4.595/64), aduzindo tenha também havido cobrança da comissão de permanência para o caso da mora, é certo que no transcorrer da relação comercial travada entre as partes fora cobrada a comissão de permanência cumulada com outros encargos da mora, pois essa seria a praxe bancária, de modo que, com base no Código de Defesa do Consumidor, pretende invertido o ônus probatório e que seja declarada a abusividade da cobrança de juros remuneratórios capitalizados mensalmente, seja declarada a abusividade da cobrança cumulada da comissão de permanência com outros encargos da mora, condenando-se, ainda, o réu a restituir o que foi cobrado indevidamente, em dobro, conforme parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor.

O réu contestou o pedido sustentando impossibilidade jurídica do pedido porquanto não haja ilegalidade nos encargos cobrados, que devem ser respeitados nos termos do contrato sob pena de se ferir o ato jurídico perfeito, e, no mérito, ponderou sobre a legalidade da fixação dos juros, haja vista a inaplicabilidade do art. 192, §3º, da Constituição Federal, e que a cobrança da comissão de permanência e demais encargos moratórios também observa a lei, não havendo se falar em anatocismo porquanto legal a capitalização dos juros, a propósito da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, de modo a concluir pela inexistência de valor a ser repetido e pela improcedência da ação.

A autora replicou nos termos da inicial.
 É o relatório.

Decido.

Cumpra primeiramente fixada a premissa de que o Código de Defesa do Consumidor não pode ser aplicado ao caso analisado, atento a que *“não se aplicam as disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários de financiamento de capital de giro, mormente quando a contratante é pessoa jurídica e, muito provavelmente, tomou emprestado dinheiro para aplicar em sua atividade produtiva, não sendo considerada, pois, destinatária final*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do serviço” (RT 772/264 – in CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM ¹), além do que não haveria falar-se em hipossuficiência ou vulnerabilidade da empresa, “pela simples constatação de que dispõem de força suficiente para sua defesa” (cf. JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO ²).

Logo, não há possibilidade de inversão do ônus probatório nem de consideração de outra facilitação dos meios de defesa calcadas no Código de Defesa do Consumidor.

A respeito do contrato firmado entre as partes, com o devido respeito ao entendimento da autora, cumpre apontar que a leitura da cláusula sétima do contrato, acostado às fls. 25, deixa evidente tenha havido previsão contratual para a cobrança e lançamento a débito mensalmente do valor dos juros remuneratórios calculados sobre os saldos devedores, de modo que não há como se sustentar a ilegalidade dessa capitalização.

Com efeito, o contrato discutido foi firmado em 23 de outubro de 2007 (vide fls. 30), ou seja, já sob a vigência da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, de modo que, conforme entendimento pacificado, havendo cláusula regulando tal cobrança, não há se falar em ilegalidade: “Cabível a capitalização dos juros em periodicidade mensal para os contratos celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da primitiva publicação da MP 2.170-36/2001, desde que pactuada” (cf. AgrReg no AI nº 0117900-1 – 3ª Turma STJ – 16.02.2012 ³).

Também: “A capitalização mensal de juros somente é permitida em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31/3/2000, e desde que expressamente pactuada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento” (cf. AgReg no REsp. nº 975.493 – 4ª Turma STJ – 16.02.2012 ⁴).

Quanto a uma suposta cumulação na cobrança de comissão de permanência e outros encargos moratórios, de fato, a cláusula oitava do contrato prevê a cobrança cumulada da comissão de permanência com juros de mora e multa moratória (alíneas a., b. e c. – fls. 26), prática que nossos tribunais vêm entendendo abusiva, a propósito do teor da Súmula nº 472 do Superior Tribunal de Justiça, cujo verbete reza “A cobrança de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual”.

É de se ver, contudo, que no caso analisado não houve tal cobrança, até porque não há notícia de mora ou inadimplemento da autora, de modo que somente à guisa de discussão do direito *em tese* pode ser admitida a análise da questão.

A propósito de existir interesse processual nessa análise e decisão jurisdicional, cumpre considerar que a contestação do banco réu deixe clara a intenção de ver amparada a cobrança cumulada, sob o argumento de observância das normas do Banco Central e da lei que regula a matéria, daí o cabimento da atuação jurisdicional, eis que presente “a necessidade, concretamente demonstrada, de eliminar ou resolver a incerteza do direito ou relação jurídica – cf. THEOTÔNIO NEGRÃO - RJTJESP 107/325).

Assim é que, admitida a atuação jurisdicional, cumpre proibir-se ao réu, em caso de eventual inadimplência da autora, a cumulação desses encargos, para observar que, no período contratual em questão, seja cobrada tão somente a comissão de permanência.

Isso não gera, entretanto, direito alguma a ressarcimento ou repetição, atento a que inexistia a situação de fato, qual seja, a efetiva cobrança indevida dessas verbas cumuladamente, a amparar a pretensão de repetição.

¹ CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 2004, RT, SP, p. 76.

² JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO, *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*, Forense Universitária, SP, 2002, p. 28.

³ www.stj.jus.br/SCON

⁴ www.stj.jus.br/SCON



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A ação, portanto, é procedente somente em parte, ficando compensados os encargos da sucumbência, posto recíproca.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o réu Banco do Brasil SA a observar, na execução do contrato de abertura de crédito BB GIRO EMPRESA FLEX representado pelo n. 029.506.216 na agência n. 0295-x, firmado com a autora COMÉRCIO DE MADEIRAS SANTA CATARINA LTDA EPP, a **proibição**, em caso de eventual inadimplência da autora no cumprimento do referido negócio, da cobrança cumulada da comissão de permanência com juros de mora e multa moratória, para observar, no período contratual em questão, seja cobrada tão somente a comissão de permanência, compensados os encargos da sucumbência, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 12 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**